

Parecer Técnico IEF/NAR TAIÓBEIRAS nº. 15/2025

Belo Horizonte, 29 de julho de 2025.

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento		(X)	PA Nº : 2100.01.0021796/2025-07	
Fase do Licenciamento		AIA – Autorizativo Para Intervenção Ambiental		
Empreendedor		Cemig Distribuição S.A.		
CNPJ / CPF		06.981.180/0001-16		
Empreendimento		LD Itapecerica 2 - Pedra do Indaiá 2, 138kV		
Localização		Itapecerica e Pedra do Indaiá, MG		
Bacia		Bacia do Rio São Francisco		
Compensação		A compensação aqui proposta segue o art. 48 e o inciso II do artigo 49 do decreto Nº 47749/19 do IEF		
Área intervinda	Área (ha)	Bacia	Município	Fitofisionomias afetadas
	6,6813	Rio São Francisco	Itapecerica e Pedra do Indaiá - MG	- Floresta Estacional Semi decidual – FESD – Estágio Médio
	2,1044			- Cerrado Stricto Sensu - M
Total	8,7857			
Coordenadas:		485101.07 m E	7747790.02 m S	WGS 84 – FUSO 23K
Área proposta	Área (ha)	Bacia	Município	Destinação da área para conservação (doação)
	17,5714	Rio São Francisco	Serranópolis de Minas- MG	Floresta Estacional Decidual Fazenda Sanharol. Mat. 22.633 Parque Estadual de Serra Nova e Talhado.
Coordenadas:		729513.87 m E	8259817.09 m S	WGS 84 – FUSO 23L
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECF			Responsável Técnico: Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda CNPJ: 02.052.511/0001-82.	

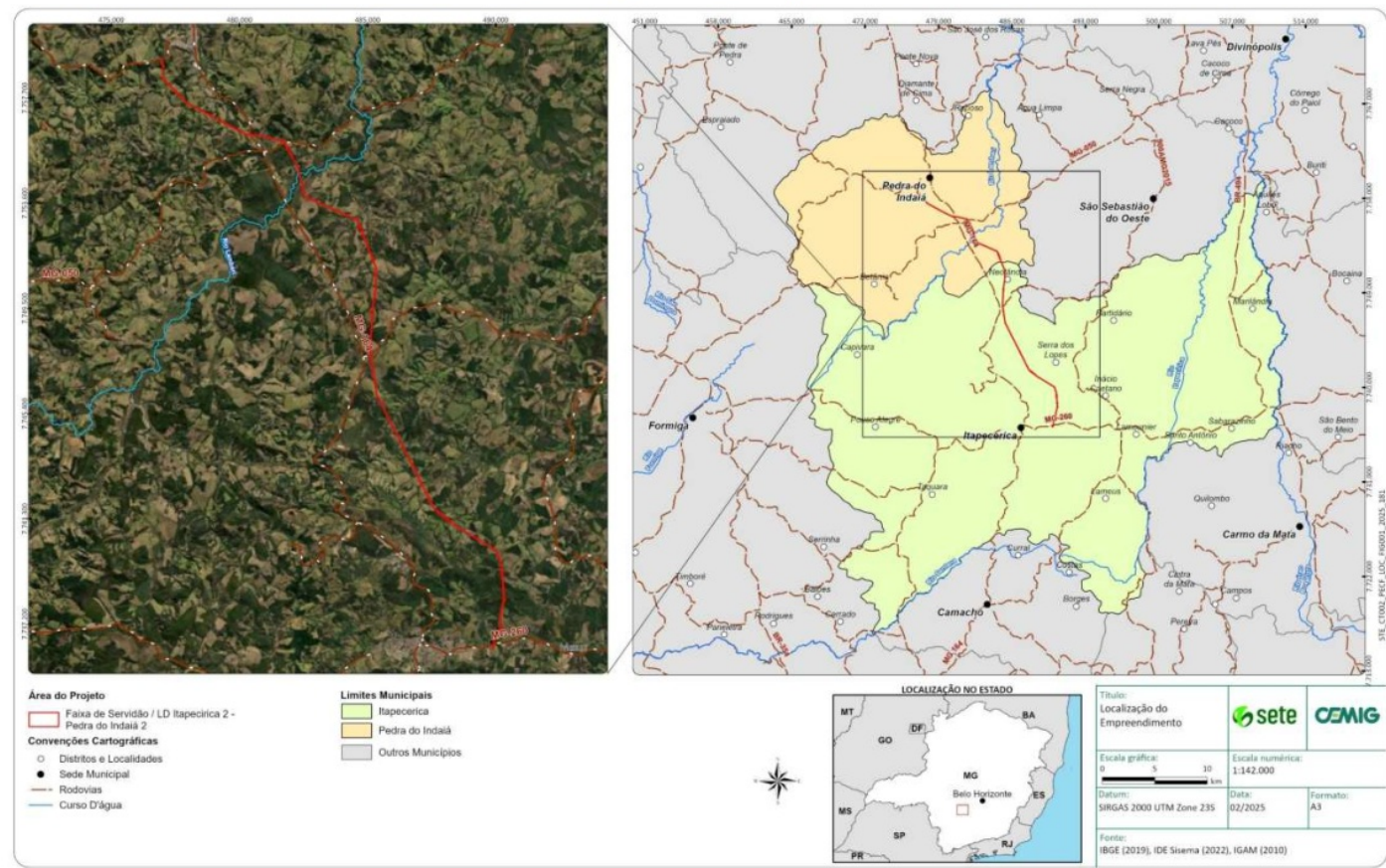
2 – ANÁLISE TÉCNICA**2.1 – Introdução**

A empresa apresenta o projeto executivo de compensação florestal – PECF, atendendo ao Art. 17 da lei federal nº 11.428/2006, norteador pela portaria IEF N° 30 de 03 de fevereiro de 2015 e decreto estadual 47.749 em seus artigos 48 e inciso II do artigo 49 do decreto N° 47749/19 do IEF.

O presente parecer visa analisar o projeto executivo de compensação florestal – PECF, apresentado pela empresa CEMIG Distribuição S.A., para atender compensação florestal referente a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, devido a necessidade de realizar a implantação da LD Itapecerica 2 - Pedra do Indaiá 2, 138kV, consideradas de utilidade pública, em acordo com a lei florestal de minas nº

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Figura 01 Mapa de localização do empreendimento



Fonte: Sete, 2025

O empreendedor apresenta projeto executivo de compensação florestal-PECF, por supressão de vegetação do Bioma mata atlântica. O PECF foi recebido na Unidade Regional de Floresta e Biodiversidade Norte - URFBIO NORTE, protocolo SEI 2100.01.0014285/2025-74, e apresenta proposta de compensação ambiental mediante doação de área ao poder público em UC, pela supressão de vegetação de floresta estacional Semidecidual (em estágio médio de regeneração) para atender o Art. 17 da lei federal nº 11.428/2006, referente ao empreendimento da LD Itapetecica 2 - Pedra do Indaiá 2, 138kV. Assim Segundo a Lei 11.428/2006, no seu Art.17 temos:

“O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.”

O tratamento jurídico dado a Mata Atlântica foi estabelecido pela lei federal nº 11.428/2006, regulamentada pelo decreto federal nº 6.660/2008. Assim, as diretrizes quanto a utilização ou proteção de vegetação nativa do Bioma, serão baseadas nas referidas normas. Em Minas Gerais, adota-se também o decreto estadual nº 47.749 de 11/11/2019, no qual se refere a proporção de área a ser destinada para compensação, o que é regulamentado no art. 48:

“Art. 48. A área de compensação será na proporção de duas vezes a área suprimida, na forma do art. 49, e obrigatoriamente localizada no Estado.

Parágrafo único. As disjunções de Mata Atlântica localizadas em outros biomas, conforme Mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também podem integrar proposta de compensação ambiental, desde que obedecidos os critérios de compensação.”

Fato observado na proposta de compensação é que a propriedade oferecida para compensação esta inserida fora do bioma mata atlântica. Porém, de acordo ao parágrafo único do art. 48 do decreto estadual nº 47749/2019 as disjunções de Mata Atlântica localizadas em outros biomas, conforme Mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também podem integrar proposta de compensação ambiental, desde que obedecidos os critérios de compensação.

Pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira editado pelo IBGE, disjunções vegetacionais são repetições, em escala menor, de um outro tipo de vegetação próximo que se insere no contexto da região fitoecológica dominante. Logo, nesse processo teremos a presença de

Figura 29 - Esquema de uma Disjunção Ecológica

O diagrama ilustra a distribuição geográfica de duas biomas: a Savana (área A, em tons de verde claro) e a Floresta Ombrófila Densa (área B, em tons de verde escuro). A Savana ocupa a porção esquerda do mapa, enquanto a Floresta Ombrófila Densa ocupa a porção direita. Há quatro áreas rotuladas com 'C' e 'D'. As áreas 'C' (duas) representam a disjunção da Savana na Floresta Ombrófila Densa, aparecendo como manchas claras dentro da área escura. As áreas 'D' (duas) representam a disjunção da Floresta Ombrófila Densa na Savana, aparecendo como manchas escuras dentro da área clara.

A - Savana
B - Floresta Ombrófila Densa
C - Disjunção da Savana na Floresta Ombrófila Densa
D - Disjunção da Floresta Ombrófila Densa na Savana

Veloso, Rangel Filho e Lima (1991)

Assim, verifica-se que além da lei federal nº 11.428/2006 e do Decreto Regulamentador da Lei da Mata Atlântica nº 6.660/2008, o Estado de Minas Gerais, por recomendação das normas supracitadas e em respeito à Mata Atlântica remanescente do Estado, desde as primeiras edições das normas ambientais mineiras, dispensou tratamento especial à Mata Atlântica esteja ela inserida em outros biomas ou em seu próprio bioma, conforme presente no decreto estadual nº 47749 DE 11/11/2019, mais especificamente no seu art. 48.

“ Art. 49. Para fins de cumprimento do disposto no art. 17 e no inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá, respeitada a proporção estabelecida no art. 48, optar, isolada ou conjuntamente, por:

I - destinar área, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica de rio federal, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana, em ambos os casos inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica;

II - destinar ao Poder Público, área no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, inserida nos limites geográficos do bioma Mata Atlântica, independente de possuir as mesmas características ecológicas, desde que localizada na mesma bacia hidrográfica de rio federal, no Estado de Minas Gerais e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica, observando-se, ainda, a obrigatoriedade da área possuir vegetação nativa característica do Bioma Mata Atlântica, independentemente de seu estágio de regeneração.

Neste caso a CEMIG Distribuição S.A, optou pela destinação mediante doação ao poder público, de uma área de 17,5714 ha, da propriedade denominada Fazenda Sanharol, totalmente localizada no interior de unidade de conservação de proteção integral de domínio público, denominada Parque Estadual de Serra Nova e Talhado, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica e estado, e mesmo ecossistema, atendendo assim também ao decreto 47.749, em seu art. 48 que diz que a área a ser doada tem que ser no mínimo o dobro da área a ser suprimida.

Para análise dos processos de compensação, considera-se ganho ambiental o conjunto de ações de conservação e ou recuperação que evidenciem a redução da fragmentação de habitats e o aumento da conectividade entre sistemas, contribuindo para o incremento de sua complexidade, por meio de formação ou gestão de corredores ecológicos em escala local e regional, bem como o incremento de proteção em Unidades de Conservação, por meio da recuperação de áreas antropizadas no seu interior ou em seu entorno, ou ainda, através da ampliação de seus limites ou regularização fundiária de seu território. (Instrução de serviço nº 02/2017)

Assim, a medida compensatória proposta neste documento segue o inciso II do artigo 49, do decreto estadual Nº 47749/2019, consistindo na destinação de área para conservação, mediante doação ao poder público, de área integralmente localizada no interior de UC, visando à regularização fundiária, sendo caracterizado assim ganho ambiental com a efetivação dos objetivos protetivos da Unidade de Conservação.

O quadro a seguir apresenta os quantitativos de supressão em Mata atlântica que originou a necessidade de compensação e seus respectivos quantitativos a compensar:

NOME	NÚMERO DO PROCESSO	QUANTITATIVO SUPRESSÃO (ha)	QUANTITATIVO DE COMPENSAÇÃO (ha)
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	2100.01.0014285/2025-74	8,7857	17,5714

2.2 – Caracterização da Área Intervinda

O traçado da LD Itapecerica 2 - Pedra do Indaiá 2 encontra-se inserido em território de ambos os municípios, Itapecerica e Pedra do Indaiá, no estado de Minas Gerais. O acesso ao local pode ser feito a partir de Belo Horizonte, seguindo pela BR-050 por cerca de 150 quilômetros até o cruzamento da LD, nas coordenadas zona 23k, 481784.62 m E e 7755939.82 m S. Esse cruzamento fica há 1,0 quilômetro do trevo da MG-050 com a MG-164, no município de Santo Antônio do Monte.

No estudo elaborado pela empresa Sete Tecnologia e Soluções Ambientais (2024) a LD Itapecerica 2 - Pedra do Indaiá 2, 138kV apresenta uma área total de intervenção de 80,2557 hectares. A área de abrangência da faixa de servidão do empreendimento é composta, em sua maioria, 82,5644% por formações antropizadas. As formações naturais compreendem 17,3148%. Para computo da área de compensação do empreendimento será considerado o somatório das áreas de intervenção em FESD-M e Cerrado Stricto Sensu-M da faixa de servidão (8,2883 ha) acrescida da área de intervenção para os acessos (0,4974 ha), totalizando uma área de intervenção de 8,7857 ha, computando uma área de compensação de 17,5714 ha.

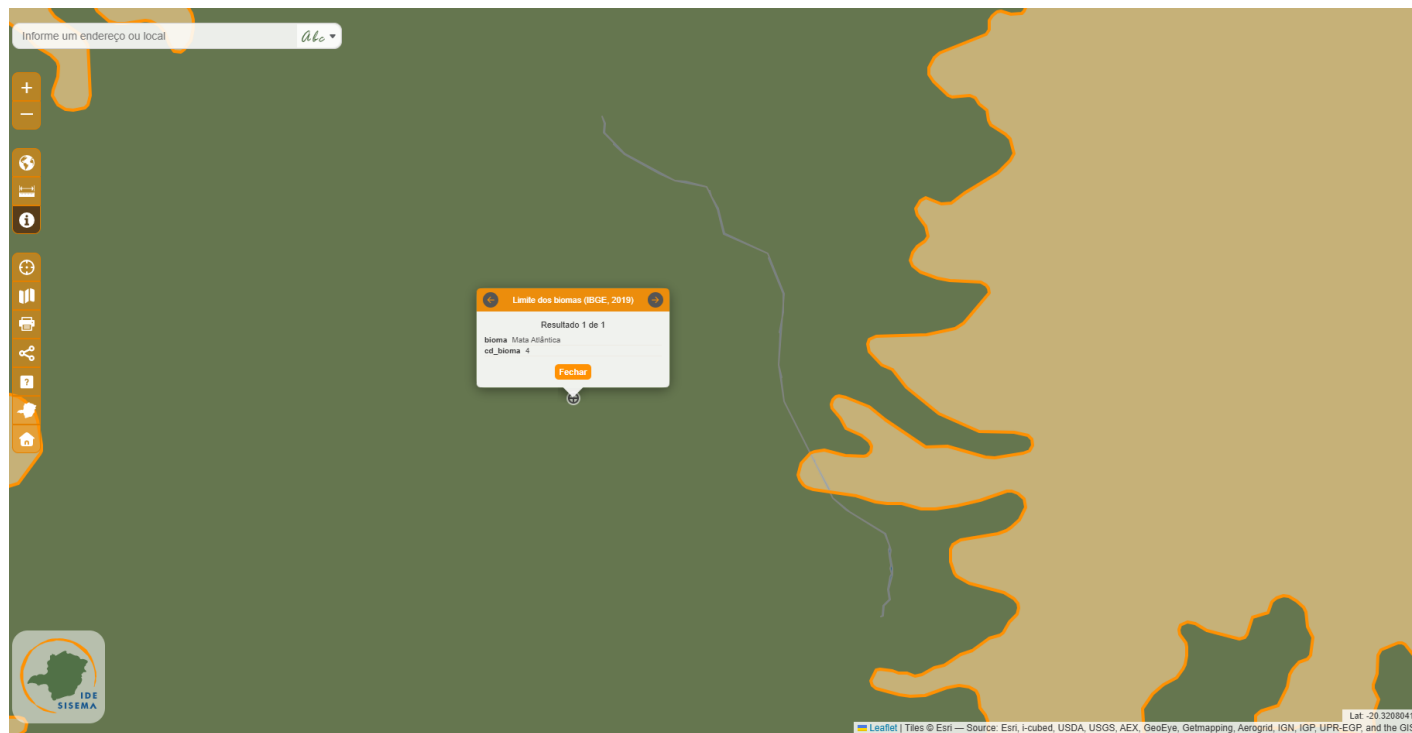


Figura 2: Área do empreendimento localizada no bioma Mata Atlântica, com uma pequena porção no bioma Cerrado.

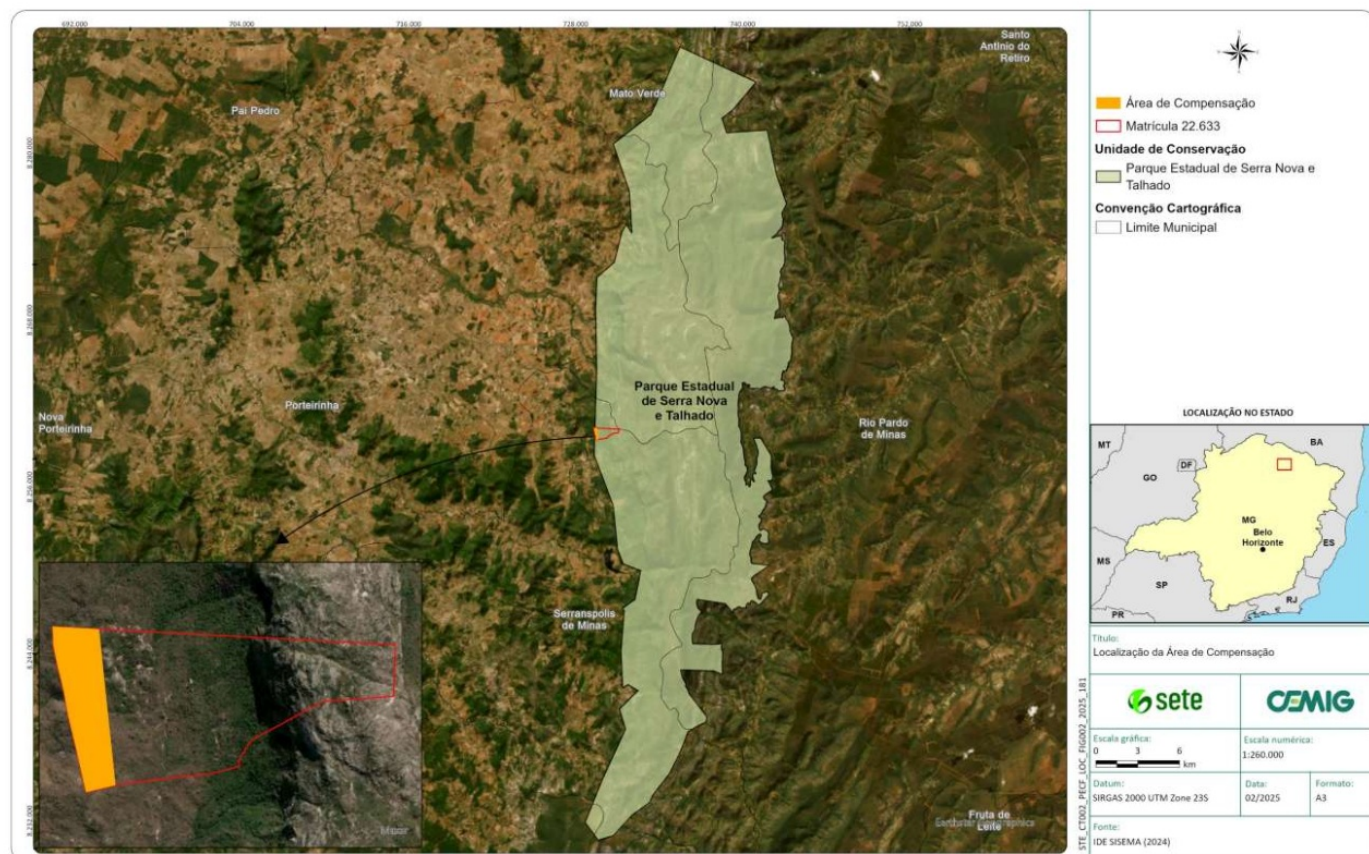
Fonte: IDE-SISEMA



Figura 3: Bacia hidrográfica do empreendimento Fonte: IDE-SISEMA.

2.3 - Caracterização da área proposta para compensação

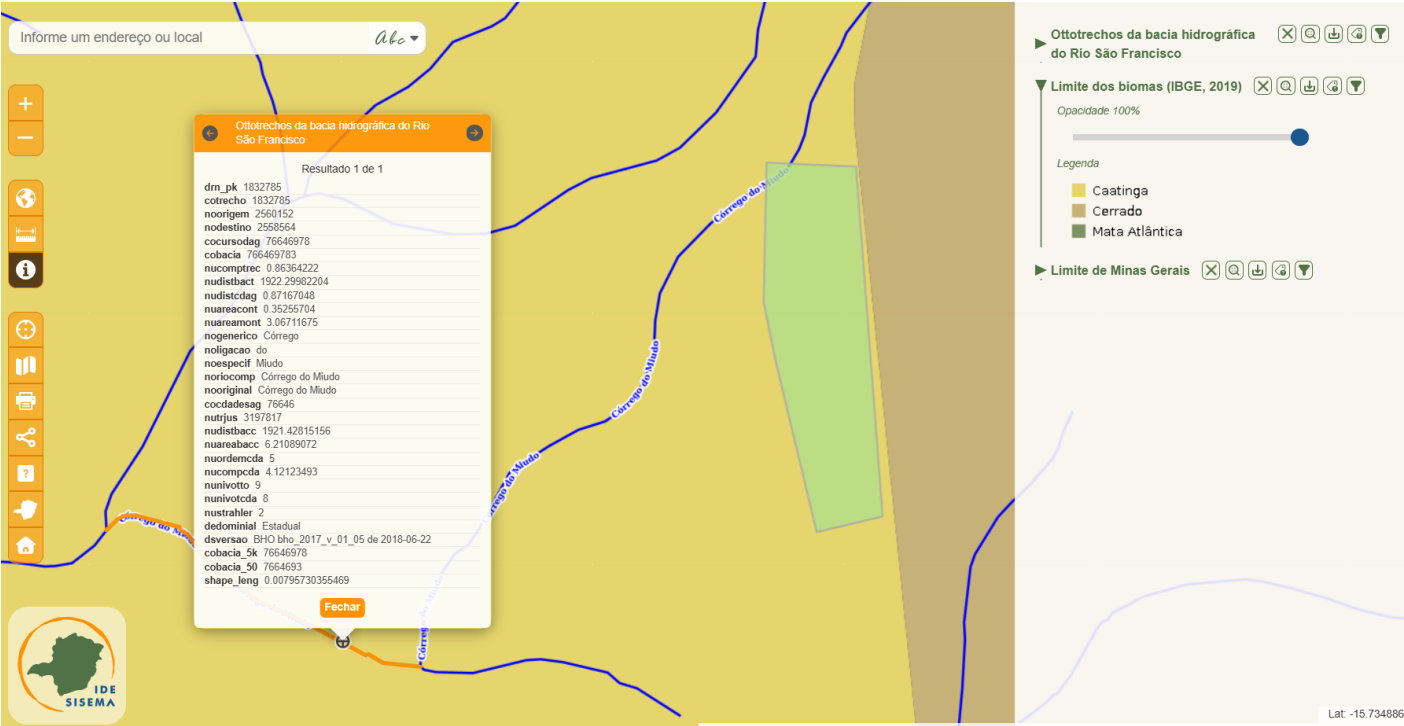
A área de compensação pertence a uma gleba da propriedade denominada Fazenda Sanharol, número de matrícula 22.633, que possui área total de 92,5411 hectares e está localizada no município de Serranópolis, Minas Gerais, inserida na bacia hidrográfica do rio São Francisco. A propriedade está inserida na Unidade de Conservação de Proteção Integral do Parque Estadual Serra Nova e Talhado, que se encontra pendente de regularização fundiária. A área integra um conjunto de glebas indicadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) para a compensação no interior da referida UC. A compensação em questão ocupa uma área total de **17,5714 ha**.



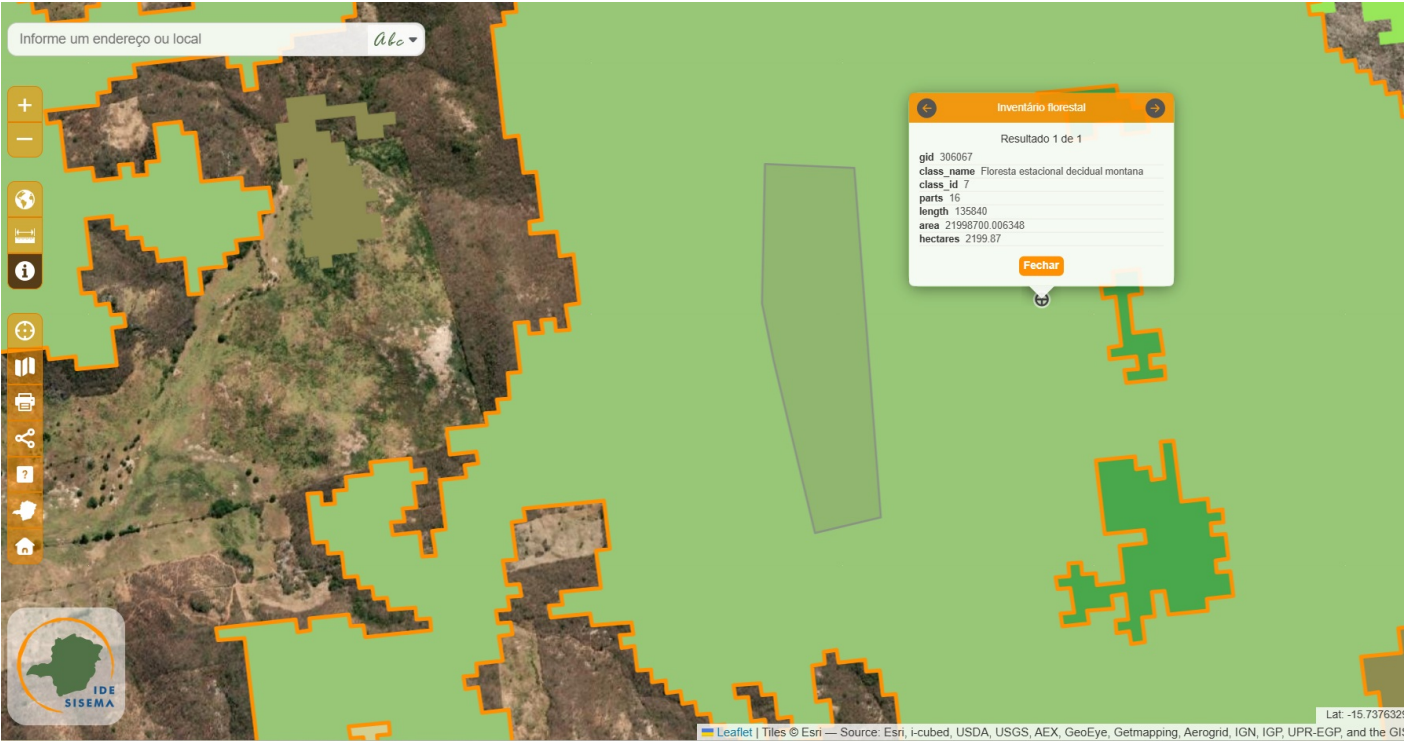
Fonte: Sete, 2025

Figura 4: Polígono maior, Parque Estadual Caminho dos Gerais; seta indicando a área adquirida pela CEMIG, no interior da qual, se encontra a área para ser doada ao estado como forma de compensação (em amarelo).

A área proposta para compensação está inserida dentro dos limites do bioma Caatinga (IBGE, 2019).



A área a ser compensada encontra-se inserida na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Quanto a tipologia a vegetação da área compensada é caracterizada como formação de Floresta estacional decidual montana, com fragmentos circuvizinhos de floresta floresta estacional semi decidual montana, conforme mostra figura abaixo:



2.3.1 Fitofisionomia

A caracterização da área alvo do projeto foi elaborada com base no levantamento florístico realizado no interior da propriedade, através do caminhamento aleatório, na qual foi possível identificar as principais espécies de ocorrência e observar as características para classificação da fitofisionomia predominante no local (Brandt, 2020). A partir do levantamento, foi possível caracterizar a vegetação ocorrente na área como Floresta Estacional Decidual - FED, fitofisionomia de Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração de acordo com a Resolução CONAMA 392. Os critérios para classificação foram: formação de dossel e sub-bosque, presença de trepadeiras lenhosas, camada

expressa de serrapilheira e epífitas ocorrendo em afloramento rochoso (Brandt, 2020). As áreas de ocorrência de FED - Floresta Estacional Decidual, estão inseridas nas partes mais altas, em terreno mais acidentado sobre afloramentos rochosos, com pouco ou nenhum acúmulo de serrapilheira. A Floresta Estacional Decidual, também chamada Floresta Estacional Caducifófila é um tipo de vegetação do bioma Mata Atlântica, ocasionalmente também presente no Cerrado.

3 - CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de processo formalizado visando o cumprimento de condicionante de compensação florestal estabelecida nos autos dos processos de regularização ambiental PA nº 2100.01.0021796/2025-07 implantação da LD Itapecerica 2 - Pedra do Indaiá 2, 138kV.

A empresa propõe o cumprimento da compensação florestal mediante doação ao Poder Público de uma área de 17,5714 ha localizada no interior do Parque Estadual de Serra Nova e Talhado.

Destaca-se que os autos estão devidamente formalizados e instruídos com a documentação exigida pela Portaria nº 30, de 03 de fevereiro de 2015. Sendo que o empreendedor encaminhou todos os documentos solicitados, os quais, após análise abonam a proposta em questão.

Em relação à forma de compensação apresentada pela empresa, foi proposta doação de propriedade/área no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral, pendente de regularização fundiária, atendendo assim o constante no art. 17 da Lei 11.428/2006 e Decreto Estadual nº: 47.749 de 11 de novembro de 2019.

Ressalta-se que a proposta de compensação apresentada pelo empreendedor está em conformidade com a legislação vigente, notadamente com as prerrogativas estabelecidas no art. 17 da Lei 11.428/2006, não havendo ônus que recaiam sobre o imóvel, conforme análise das escrituras e certidões anexas ao processo.

A área proposta para a compensação ambiental em análise neste parecer localiza-se na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Além disso, conforme descrito no Projeto Executivo, pelo critério de localização e enquadramento nos requisitos básicos contidos nas legislações e regulamentos, optou-se pela destinação de área localizada no Parque Estadual de Serra Nova e Talhado no Município de Serranópolis de Minas/MG.

De acordo com memorial descritivo da área proposta para compensação ambiental, pode-se verificar que, no mínimo, a área proposta é o dobro à área legalmente requerida para a intervenção ambiental em tela, atendendo o estabelecido no art. 17 da Lei 11.428/2006.

Porém, imprescindível salientar que, caso a presente proposta seja aprovada pela CPB/COPAM, o empreendedor se comprometerá, via assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF, a proceder com a doação da área mediante à lavratura de escritura pública de doação do imóvel ao órgão municipal gestor da unidade, e o seu consequente registro perante o CRI competente.

Deste modo, uma vez que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende os requisitos técnicos e legais entende-se que não há óbices para o acatamento da proposta.

4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto e considerando a análise realizada no projeto executivo de compensação Florestal – PECF apresentado pela empresa **CEMIG** podemos concluir que a empresa atende todos os requisitos para este fim, uma vez que apresentou proposta em comprimento aos quesitos legais, a saber:

- Tamanho da área a ser doada atende ao pedido no Decreto Estadual Nº 47749 DE 11/11/2019, no qual exige área de compensação de tamanho no mínimo o dobro da supressão, atendendo a correlação 2x1 com sobra de área:

Área suprimida: 8,7857 ha.

Área mínima a ser compensada: 17,5714 ha.

Área doada: 17,5714 ha.

- Está na mesma bacia hidrográfica do Rio São Francisco;
- Dentro dos Limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Serra Nova e Talhado e pendente de regularização fundiária;
- Mesma característica ecológica;
- Localizada no mesmo estado;

Logo, considerando o ganho ambiental na regularização fundiária de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme exposto na Instrução de Serviço SISEMA Nº 02/2017, assim como a manifestação favorável da gerência do PECG, além das características biofísicas da área, entende-se como adequada a presente proposta de compensação por intervenção em Mata Atlântica, atendendo aos artigos 48 e ao inciso II do artigo 49 do decreto Nº 47.749/19 e portaria IEF nº 30/2015.

Este é o parecer.

Data: 29 de julho de 2025.

Pedro Henrique Pereira
Engenheiro Florestal
Responsável Técnico da Agência de Florestas e Biodiversidade

Ana Cecília Dutra Prates
Coordenadora do Núcleo de Controle Processual



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Pereira, Colaborador**, em 05/08/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cecília Dutra Prates, Servidora**, em 05/08/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119201227** e o código CRC **DFC6DBF2**.